

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU – SE

SEC. DE SEGURANÇA MUNICIPAL E CIDADANIA DE ARACAJU-SSM/AJU SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLOG EDITAL Nº 01/2026 – GMA/SSM/SEPLOG

NÍVEL MÉDIO

01300 - GUARDA MUNICIPAL – TIPO B

Frase: **Boas relações favorecem o trabalho.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **80 (oitenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova** e no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova** e o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

• Texto para as questões de 1 a 10.

O PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS

A Guarda Municipal ocupa, hoje, posição central no debate sobre a segurança pública brasileira. Por muito tempo, prevaleceu no imaginário popular a ideia de que essas corporações se limitariam à chamada vigilância patrimonial, isto é, ao zelo pelos bens e instalações do município. Essa narrativa, contudo, vem sendo superada à medida que as guardas assumem, de fato, o papel de segurança pública primária nas cidades.

A Constituição Federal, em seu art. 144, § 8º, já previa que os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Foi, todavia, com a edição da Lei nº 13.022/2014 – o Estatuto Geral das Guardas Municipais – que as competências dessas instituições ganharam contornos mais precisos. Entre os princípios mínimos de atuação, o estatuto destaca a proteção dos direitos humanos fundamentais, a preservação da vida e o patrulhamento preventivo.

Estabelece-se, assim, uma analogia esclarecedora: tal como ao município cabe oferecer a saúde básica e a educação básica, previstas, respectivamente, nos artigos 196 e 205 da Carta Magna, também lhe compete a segurança pública básica. O caráter preventivo, e não meramente repressivo, é o que distingue a guarda das demais forças e, gradativamente, legitima sua atuação perante a população.

Presentes em mais de 1.400 cidades brasileiras, as guardas municipais consolidaram-se como serviço indispensável, sobretudo às comunidades mais carentes. Trata-se, em síntese, de instituição fundamental para a manutenção da ordem e da segurança, reconhecida como base do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Texto adaptado.

SOARES, Ramon. O papel das Guardas Municipais. Fonte Segura, São Paulo, ed. 254, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/o-papel-das-guardas-municipais/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

1. Considerando a hierarquia entre a tese central e os argumentos secundários, assinale a alternativa que reproduz, sem distorção, o encadeamento lógico defendido pelo autor.

- (A) O reconhecimento da guarda como base do SUSP constitui a premissa de que parte o autor para, em seguida, refutar a leitura patrimonial e justificar a atuação preventiva.
- (B) A antiga visão patrimonial cede lugar à atuação primária das guardas, cuja legitimação social decorre, sobretudo, do vigor repressivo, posteriormente atenuado pelo estatuto de 2014.
- (C) A precisão das competências trazida pela Lei nº 13.022/2014 antecede e determina a assunção fática da segurança primária, que só a partir dela se tornou possível nas cidades.
- (D) A consolidação das guardas decorre da analogia com a saúde e a educação, a qual, todavia, restringe sua competência ao plano administrativo, afastando o viés preventivo.
- (E) A antiga visão patrimonial vem sendo superada à medida que as guardas assumem, de fato, papel de segurança pública primária; a Constituição previa a proteção, e a Lei nº 13.022/2014 precisou suas competências.

2. Com base na função que cada parágrafo exerce na arquitetura argumentativa do texto, assinale a alternativa que descreve corretamente essa organização.

- (A) Os parágrafos articulam-se por gradação decrescente de abstração, partindo do conceito jurídico para alcançar a impressão subjetiva exposta na abertura.
- (B) O terceiro parágrafo introduz analogia que opera como argumento de sustentação, transferindo à segurança a lógica já consolidada da saúde e da educação.
- (C) O primeiro parágrafo constitui digressão, pois interrompe a linha argumentativa para inserir informação acessória sobre o imaginário popular acerca da guarda.
- (D) O segundo parágrafo opõe-se ao primeiro e refuta a tese inicialmente anunciada, valendo-se de contra-argumento de natureza estritamente normativa.
- (E) O quarto parágrafo retoma, por mera paráfrase, o conteúdo do primeiro, configurando redundância que não acrescenta informação nova ao conjunto.

3. Considerando o mecanismo coesivo e o emprego normativo do pronome demonstrativo na expressão “Essa narrativa” presente no primeiro parágrafo, pode-se afirmar que a remissão é:

- (A) Dêitica e o emprego de “essa” só se justifica na modalidade oral, sendo “esta” a forma obrigatória na escrita de registro formal.
- (B) Catafórica e o emprego de “essa” é inadequado, pois a referência a elemento posterior exigiria a forma “esta”, única admitida pela norma.
- (C) Anafórica e o emprego de “essa” é adequado, pois retoma elemento já enunciado, ao passo que “esta” se reservaria à catáfora.
- (D) Anafórica, porém o uso de “essa” e de “esta” é indiferente, visto que a norma-padrão não distingue tais formas na referência textual.
- (E) Catafórica e o correto seria “esta narrativa”, pois o demonstrativo deve indicar proximidade do leitor, e não a posição do referente no texto.

4. No trecho “Essa narrativa, contudo, vem sendo superada à medida que as guardas assumem, de fato, o papel de segurança pública primária”, o vocábulo “narrativa” deve ser interpretado, no contexto, como:

- (A) A ficção, destituída de qualquer respaldo factual, deliberadamente criada com o intuito de desqualificar a atuação preventiva das guardas.
- (B) A sequência encadeada de eventos reais que compõem a trajetória histórica das guardas municipais desde a sua criação.
- (C) A representação discursiva socialmente consolidada – e não necessariamente verdadeira – que reduz a guarda à vigilância patrimonial.
- (D) O gênero textual de base narrativa de que o autor se vale para relatar, em ordem cronológica, a evolução institucional da corporação.
- (E) O conjunto de normas constitucionais e legais que disciplinam, de modo preciso, as competências atribuídas às guardas municipais.

5. Considere o período “Essa narrativa vem sendo superada à medida que as guardas assumem o papel de segurança pública primária”. Assinale a alternativa que o reescreve com manutenção do sentido e correção gramatical.

- (A) À medida que assumem o papel de segurança pública primária, as guardas vêm superando, gradualmente, essa narrativa antes consolidada nas cidades.
- (B) Assim que as guardas assumiram o papel de segurança pública primária, essa narrativa foi, de imediato, inteiramente superada nas grandes cidades.
- (C) Essa narrativa seria superada caso as guardas assumissem o papel de segurança pública primária, conforme se vinha discutindo no cenário nacional.
- (D) As guardas, ao assumir o papel de segurança pública primária, têm essa narrativa sido superada por elas no transcorrer das últimas décadas.
- (E) Conquanto assumam o papel de segurança pública primária, as guardas vêm superando essa narrativa há tempos arraigada no imaginário popular.

6. No período “O caráter preventivo, e não meramente repressivo, é o que distingue a guarda das demais forças e, gradativamente, legitima sua atuação perante a população”, assinale a alternativa que analisa corretamente as relações sintáticas estabelecidas.

- (A) O segmento “e não meramente repressivo” é oração coordenada adversativa, opondo-se, no interior do período, ao predicado verbal da oração principal.
- (B) O segmento “que distingue a guarda” é oração subordinada adverbial consecutiva, pois exprime a consequência decorrente do caráter preventivo da corporação.
- (C) O segmento “e legitima sua atuação” é oração subordinada substantiva completiva nominal, vinculada, por regência, ao substantivo “caráter” do sujeito.
- (D) Os verbos “distingue” e “legitima” coordenam-se no interior da oração relativa introduzida por “que”, cujo antecedente é o pronome demonstrativo “o”.
- (E) O segmento “é o que distingue” configura período simples, pois “o que” atua como mero expletivo de realce, desprovido, ali, de qualquer valor oracional.

7. No trecho constitucional reproduzido no texto — “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei” —, assinale a alternativa correta quanto ao emprego das formas “poderão” e “dispuser”.

- (A) “Poderão” e “dispuser” são, respectivamente, indicativo e infinitivo flexionado, o que justifica a concordância de número com “Municípios”.
- (B) “Poderão” é presente do indicativo com valor de futuro e “dispuser” é futuro do subjuntivo, expressando, em conjunto, ordem cogente imposta ao Município.
- (C) “Poderão” é futuro do presente e “dispuser” é presente do subjuntivo; a alternância dos modos verbais sinaliza simultaneidade entre os processos.
- (D) “Poderão” é futuro do pretérito, a atenuar a faculdade conferida, e “dispuser” é futuro do subjuntivo, encontrando-se ambos no modo subjuntivo.
- (E) “Poderão” é futuro do presente do indicativo, com valor de faculdade, e “dispuser” é futuro do subjuntivo, a exprimir condição eventual e futura.

8. Considerando o período “Estabelece-se, assim, uma analogia esclarecedora: tal como ao município cabe oferecer a saúde básica e a educação básica [...], também lhe compete a segurança pública básica”, assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego dos dois-pontos e das vírgulas.

- (A) Os dois-pontos introduzem segmento que explicita a analogia anunciada, e as vírgulas isolam o conector “assim”, intercalado no interior do período.
- (B) Os dois-pontos anunciam enumeração de itens coordenados, e as vírgulas isolam vocativo deslocado para o interior do período, junto ao verbo inicial.
- (C) Os dois-pontos introduzem citação textual atribuída a terceiros, e as vírgulas assinalam a omissão do verbo em oração reduzida intercalada.
- (D) Os dois-pontos separam orações coordenadas adversativas, e as vírgulas marcam a inversão do sujeito, deslocado para depois do verbo da oração.
- (E) Os dois-pontos indicam pausa enfática facultativa, e as vírgulas isolam aposto resumitivo que encerra a enumeração apresentada anteriormente.

9. No período “Estabelece-se, assim, uma analogia esclarecedora”, analise a função do “se” e a estrutura sintática resultante, assinalando a alternativa correta.

- (A) O “se” é conjunção integrante que introduz oração subordinada substantiva, e “uma analogia esclarecedora” funciona como aposto explicativo do conector “assim”.
- (B) Trata-se de índice de indeterminação do sujeito, razão pela qual o verbo permanece, obrigatoriamente, na terceira pessoa do singular, qualquer que seja o termo que o acompanhe.
- (C) O “se” é parte integrante do verbo (verbo pronominal), de modo que “estabelecer-se” significa, no contexto, “situar-se”, sem qualquer valor passivo.
- (D) O “se” é partícula apassivadora; “uma analogia esclarecedora” é o sujeito paciente, e o verbo com ele concorda, admitindo o plural — “Estabelecem-se analogias esclarecedoras”.
- (E) O “se” é pronome reflexivo, e “uma analogia esclarecedora” exerce a função de objeto direto, configurando voz reflexiva em que a ação recai sobre o próprio sujeito.

10. No segmento “tal como ao município cabe oferecer a saúde básica e a educação básica [...], também lhe compete a segurança pública básica”, assinale a alternativa que analisa corretamente o pronome “lhe” e a regência do verbo “competir”.

- (A) O “lhe” é pronome reflexivo de posse e poderia ser substituído, sem prejuízo, por “a si próprio”, indicando que o município oferece a segurança a si mesmo.
- (B) O “lhe” é objeto indireto que retoma “ao município”, exigido pela regência de “competir” (algo compete a alguém), sendo “a segurança pública básica” o sujeito do verbo.
- (C) O “lhe” retoma “ao município” e funciona como objeto indireto; “competir”, porém, é, no contexto, transitivo direto e indireto, e “a segurança pública básica” é o seu objeto direto.
- (D) O “lhe” é objeto direto do verbo “competir”, aqui transitivo direto, e retoma anaforicamente a expressão “a saúde básica e a educação básica”.
- (E) O “lhe” exerce valor possessivo, equivalendo a “do município”, e “a segurança pública básica” funciona como adjunto adnominal por ele determinado.

Raciocínio Lógico

11. Em um grupo de 100 guardas, sabe-se que 60 gostam de café, 32 gostam de chá e 25 gostam de ambas as bebidas. Dentre esse grupo de 100 guardas, temos que o total que não gostam de nenhuma das duas bebidas é:

- (A) 33.
- (B) 25.
- (C) 30.
- (D) 20.
- (E) 18.

12. A negação lógica da sentença “Se a inteligência artificial analisa os dados, então o relatório é gerado rapidamente” é:

- (A) Se o relatório é gerado rapidamente, então a inteligência artificial analisa os dados.
- (B) A inteligência artificial analisa os dados e o relatório não é gerado rapidamente.
- (C) A inteligência artificial não analisa os dados e o relatório não é gerado rapidamente.
- (D) Se a inteligência artificial não analisa os dados, então o relatório não é gerado rapidamente.
- (E) A inteligência artificial não analisa os dados ou o relatório é gerado rapidamente.

13. Ao analisar um contrato de trabalho flexível, um advogado afirma: “Não é verdade que o funcionário atua exclusivamente em home office e a empresa arca com todos os custos de internet”. Essa afirmação é logicamente equivalente a:

- (A) Se o funcionário não atua exclusivamente em home office, então a empresa arca com todos os custos de internet.
- (B) Se a empresa não arca com todos os custos de internet, então o funcionário atua exclusivamente em home office.
- (C) O funcionário não atua exclusivamente em home office e a empresa não arca com todos os custos de internet.
- (D) O funcionário não atua exclusivamente em home office ou a empresa não arca com todos os custos de internet.
- (E) O funcionário atua exclusivamente em home office ou a empresa arca com todos os custos de internet.

14. Em uma corrida de atletismo, Marcos, Paulo, Jorge, André e Ricardo cruzaram a linha de chegada nas seguintes condições: Marcos chegou antes de Paulo. Paulo chegou depois de Jorge. Jorge chegou depois de Marcos. Ricardo chegou depois de André, mas antes de Marcos. Com base nessas relações, o vencedor da corrida foi:

- (A) Marcos.
- (B) Paulo.
- (C) André.
- (D) Jorge.
- (E) Ricardo.

15. Uma família gasta mensalmente com três plataformas de streaming: Filmes, Músicas e Jogos. A assinatura de Filmes custa R\$ 40,00 mensais, a assinatura de Músicas custa exatamente do valor da assinatura de Filmes e a assinatura de Jogos custa o equivalente à média aritmética dos valores das outras duas assinaturas, acrescida de uma taxa fixa de R\$ 15,00.

Se esses valores forem mantidos por um ano inteiro (12 meses), o gasto total anual com as três plataformas será de:

- (A) R\$ 1.680,00.
- (B) R\$ 1.200,00.
- (C) R\$ 1.320,00.
- (D) R\$ 1.560,00.
- (E) R\$ 1.440,00.

16. Analise a seguinte sequência de números:
2, 5, 11, 23, 47, ...

Seguindo o mesmo padrão lógico de formação, o próximo termo dessa sequência é:

- (A) 97.
- (B) 95.
- (C) 91.
- (D) 93.
- (E) 99.

17. Um relógio analógico de parede apresenta um defeito mecânico e atrasa exatamente 3 minutos a cada 4 horas. O dono da casa ajustou o relógio para a hora exata ao meio-dia (12h00) de uma segunda-feira. Sendo assim, quando for exatamente meio-dia (12h00) da quarta-feira da mesma semana, esse relógio estará marcando:

- (A) 11h24min.
- (B) 11h44min.
- (C) 12h24min.
- (D) 12h16min.
- (E) 11h36min.

18. Dados os conjuntos $A = \{1, 2, 3, 4, 6, 9, 15, 21\}$ e $B = \{3, 4, 5, 6, 9, 12, 18, 21, 27\}$, o conjunto resultante da operação $(A \cup B) - (A \cap B)$ é:

- (A) $\{2, 5, 9, 15\}$.
- (B) $\{1, 2, 5, 12\}$.
- (C) $\{2, 5, 12, 15\}$.
- (D) $\{3, 4, 6, 9\}$.
- (E) $\{2, 3, 9, 12\}$.

19. André, Bruno e Carlos utilizam meios de transporte diferentes (carro, moto e bicicleta) e têm cores favoritas distintas (azul, verde e vermelho), não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- I. André não gosta da cor verde e não anda de bicicleta.
- II. A pessoa cuja cor favorita é o vermelho anda de moto.
- III. Bruno vai para o trabalho de carro.
- IV. Carlos não gosta da cor azul.

Com base nessas informações, é correto afirmar que a cor favorita de Bruno e o meio de transporte de Carlos são, respectivamente:

- (A) Verde e bicicleta.
- (B) Verde e moto.
- (C) Vermelho e carro.
- (D) Azul e moto.
- (E) Azul e bicicleta.

RASCUNHO

Noções de Informática

20. Uma empresa do setor financeiro iniciou a modernização de seu parque computacional com o objetivo de reduzir o tempo de resposta de aplicações utilizadas simultaneamente por centenas de usuários. Durante o processo de análise, a equipe técnica identificou que determinados equipamentos apresentavam capacidade adequada de armazenamento permanente, porém sofriam degradação de desempenho quando múltiplos programas eram executados ao mesmo tempo. O relatório técnico concluiu que a limitação estava relacionada a um componente responsável pelo armazenamento temporário de dados e instruções necessários ao processamento imediato das tarefas em execução.

Considerando o contexto apresentado e os conceitos fundamentais de hardware, assinale a alternativa que apresenta o componente diretamente relacionado à situação descrita.

- (A) Dispositivo USB.
- (B) Memória RAM.
- (C) Disco SSD.
- (D) Unidade óptica.
- (E) Placa de vídeo.

21. Em uma instituição pública, os servidores organizam diariamente documentos digitais relacionados a processos administrativos. Durante uma capacitação sobre boas práticas no uso de sistemas operacionais, foi demonstrada uma situação em que um usuário precisava disponibilizar rapidamente o mesmo documento em diferentes locais do sistema de arquivos, sem criar cópias adicionais do conteúdo e sem aumentar o espaço ocupado em disco. A solução apresentada deveria permitir acesso ao arquivo original a partir de outro local da estrutura de diretórios, mantendo a integridade e a unicidade do documento.

Com base no contexto apresentado e nos conceitos de gerenciamento de arquivos em sistemas operacionais Windows e Linux, assinale a alternativa que apresenta o recurso mais adequado para atender à necessidade descrita.

- (A) Criação de uma cópia sincronizada do arquivo em outro diretório para preservar a consistência do conteúdo.
- (B) Compactação do documento em formato específico para reduzir o espaço ocupado pelo arquivo original.
- (C) Criação de uma pasta compartilhada destinada ao armazenamento simultâneo de múltiplas versões do documento.
- (D) Utilização de um atalho apontando para o arquivo original, permitindo seu acesso a partir de outro local do sistema.
- (E) Conversão do documento para formato temporário destinado exclusivamente à movimentação entre diretórios distintos.

22. Durante a elaboração de um relatório técnico com mais de cem páginas, uma equipe de servidores públicos precisou organizar o documento de forma que cada capítulo fosse iniciado em uma nova página, permitindo também que determinadas seções apresentassem numeração diferenciada em seus cabeçalhos e rodapés. Além disso, o índice deveria refletir automaticamente a estrutura hierárquica dos títulos utilizados ao longo do documento. Para atender a essas exigências, foi necessário empregar recursos específicos dos editores de texto modernos.

Considerando o contexto apresentado e os recursos disponíveis no LibreOffice Writer e no Microsoft Word, indique o procedimento mais adequado para permitir a organização descrita.

- (A) Empregar quebras de seção ou equivalentes, associadas a estilos de títulos reconhecidos automaticamente pelo índice.
- (B) Aplicar espaçamentos verticais sucessivos entre parágrafos e inserir numeração manual em cada página destinada aos capítulos.
- (C) Utilizar tabelas invisíveis para separar as seções do documento e atualizar manualmente as referências exibidas no índice.
- (D) Inserir marcadores personalizados em cada capítulo e empregar caixas de texto independentes para controlar a numeração.
- (E) Criar páginas em branco entre os capítulos e configurar individualmente cada página para atualização posterior do índice.

23. Uma equipe responsável pelo acompanhamento de contratos administrativos mantém uma planilha contendo milhares de registros, incluindo número do contrato, fornecedor, valor, data de vencimento e situação contratual. Em determinado momento, foi necessário identificar apenas os contratos ativos pertencentes a um grupo específico de fornecedores, preservando a integridade dos dados originais e permitindo que novos critérios fossem aplicados posteriormente sem alteração da estrutura da planilha.

Tendo em vista as funcionalidades disponíveis no LibreOffice Calc e no Microsoft Excel, assinale a alternativa que apresenta o recurso mais adequado para realizar a operação descrita.

- (A) Inserção de quebras de página associadas aos fornecedores selecionados para restringir a visualização dos registros.
- (B) Utilização de gráficos dinâmicos para exibir exclusivamente os registros compatíveis com os critérios definidos.
- (C) Aplicação de filtros sobre os dados da planilha, exibindo apenas os registros que atendam às condições estabelecidas.
- (D) Emprego de classificação multinível para ocultar automaticamente os registros que não satisfaçam os critérios selecionados.
- (E) Criação de fórmulas condicionais destinadas à remoção visual das linhas que não pertençam ao conjunto desejado.

24. Uma autarquia estadual implementou um procedimento eletrônico para envio de documentos administrativos entre diferentes unidades organizacionais. Durante uma auditoria interna, verificou-se a necessidade de encaminhar arquivos digitais juntamente com mensagens eletrônicas, garantindo que os destinatários recebessem tanto o conteúdo textual da comunicação quanto os documentos complementares associados ao processo. O procedimento deveria utilizar recursos nativamente disponíveis nos principais sistemas de correio eletrônico corporativo e webmail, sem exigir ferramentas externas de compartilhamento.

Considerando o contexto apresentado e as funcionalidades dos sistemas de correio eletrônico, assinale a alternativa que apresenta o procedimento adequado para realizar a operação descrita.

- (A) Criar um atalho para o documento e enviá-lo como texto simples no campo destinado aos destinatários.
- (B) Inserir o documento na área de transferência do sistema operacional antes do envio da mensagem eletrônica.
- (C) Armazenar o arquivo em uma pasta local e informar manualmente seu caminho no corpo da mensagem.
- (D) Converter previamente o documento para formato de impressão e registrá-lo apenas no assunto da mensagem.
- (E) Utilizar o recurso de anexação de arquivos, associando o documento à mensagem antes de seu envio.

25. Uma organização pública decidiu substituir parte de sua infraestrutura local por serviços baseados em computação em nuvem. Entre os objetivos do projeto estavam a edição simultânea de documentos por equipes localizadas em diferentes cidades, o compartilhamento controlado de arquivos, a redução da dependência de equipamentos locais para armazenamento de dados e a possibilidade de acesso aos recursos corporativos por meio da Internet, observadas as permissões definidas pela instituição.

Com base no cenário apresentado e nos conceitos de computação em nuvem e ferramentas colaborativas, marque a alternativa que apresenta uma característica compatível com esse modelo de utilização de recursos tecnológicos.

- (A) Compartilhamento de informações mediante transferência manual de cópias independentes entre os participantes do projeto.
- (B) Disponibilização de documentos para edição colaborativa, com armazenamento centralizado e controle de acesso por permissões.
- (C) Execução obrigatória de aplicações exclusivamente em equipamentos locais, sem utilização de recursos remotos compartilhados.
- (D) Restrição do acesso aos arquivos corporativos apenas aos computadores previamente cadastrados na rede interna da organização.
- (E) Armazenamento permanente dos documentos em mídias removíveis distribuídas individualmente aos usuários autorizados.

26. Um órgão público passou a adotar procedimentos mais rigorosos para proteção de informações institucionais após registrar tentativas de fraude eletrônica direcionadas aos seus servidores. Em uma das ocorrências analisadas, usuários receberam mensagens que aparentavam ter sido enviadas por uma instituição confiável, contendo links que direcionavam para páginas visualmente semelhantes às legítimas. O objetivo dos criminosos era induzir os destinatários ao fornecimento de credenciais de acesso e outras informações sensíveis.

Considerando o contexto apresentado e os conceitos de segurança da informação, assinale a alternativa que identifica corretamente a prática utilizada pelos agentes maliciosos.

- (A) Execução de phishing por meio de mensagens fraudulentas elaboradas para obtenção indevida de dados dos usuários.
- (B) Emprego de firewall para monitoramento de conexões e filtragem de tráfego entre diferentes redes computacionais.
- (C) Utilização de assinatura digital para validação da autoria e integridade de documentos eletrônicos transmitidos.
- (D) Realização de backup automatizado para preservação de informações diante de falhas operacionais ou incidentes.
- (E) Aplicação de antivírus destinado à identificação e neutralização de códigos potencialmente prejudiciais ao sistema.

Atualidades

27. Em abril de 2026, o Governo Federal anunciou um conjunto de medidas econômicas voltadas à mitigação dos efeitos da elevação internacional dos preços dos combustíveis, associada ao agravamento de conflitos no Oriente Médio. Sobre esse pacote de medidas, assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas anunciadas proibiram a importação de diesel e gás liquefeito de petróleo durante o período de instabilidade internacional.
- (B) O governo determinou o aumento dos tributos federais incidentes sobre biodiesel e querosene de aviação como forma de ampliar a arrecadação pública.
- (C) As medidas restringiram-se à criação de um programa de financiamento para compra de veículos elétricos, sem relação direta com combustíveis fósseis.
- (D) O governo editou medida provisória, projeto de lei e decretos que incluíram subvenções ao diesel e ao GLP, além de ações voltadas à redução dos impactos econômicos da alta dos combustíveis.
- (E) O pacote governamental teve como principal medida a privatização imediata das refinarias federais para ampliar a concorrência no setor.

28. No final de abril de 2026, foi amplamente noticiado que o Brasil concluiu etapa decisiva relacionada ao acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. A respeito desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A entrada em vigor do acordo determinou a adoção de moeda única para os países participantes.
- (B) A aplicação imediata do acordo no Brasil foi viabilizada através de Decreto Presidencial, permitindo sua entrada em vigor e ampliando o acesso de produtos brasileiros ao mercado europeu.
- (C) O acordo foi revogado pelo governo brasileiro em razão de divergências tarifárias com os países europeus.
- (D) O acordo, firmado através de Medida Provisória, envolve cooperação cultural, sem disposições relacionadas ao comércio internacional.
- (E) O acordo foi celebrado apenas entre Brasil e França, sem participação dos demais integrantes do Mercosul e da União Europeia.

29. O título de Capital Mundial do Livro é concedido pela Unesco desde 2001. A primeira cidade a receber o reconhecimento foi Madri, na Espanha. A partir de 23 de abril de 2026, a cidade que passou a exercer oficialmente o título de Capital Mundial do Livro, distinção concedida anualmente pela UNESCO para reconhecer iniciativas de incentivo à leitura, à literatura e ao acesso ao conhecimento, foi:

- (A) Rabat, no Marrocos, que passou a sediar um programa anual de atividades voltadas à promoção da leitura e do livro.
- (B) Buenos Aires, na Argentina, em razão da realização da maior feira literária da América Latina.
- (C) Lisboa, em Portugal, devido à celebração dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões.
- (D) Toronto, no Canadá, por possuir a maior rede pública de bibliotecas do continente americano.
- (E) Sydney, na Austrália, em reconhecimento exclusivo à preservação de manuscritos históricos do século XIX.

30. A Lei nº 15.388, sancionada em abril de 2026, instituiu o novo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira ao longo da próxima década. Segundos as informações do novo PNE, é correto afirmar que ele:

- (A) Restringe-se à educação básica, não contemplando metas e estratégias relacionadas ao ensino superior, à pós-graduação ou a modalidades específicas de ensino.
- (B) Mantém como principal objetivo a ampliação do acesso à educação, sem estabelecer metas relacionadas à qualidade da aprendizagem, à equidade ou à redução das desigualdades educacionais.
- (C) Estabelece como meta a alfabetização de pelo menos 80% das crianças ao final do 5º ano do ensino fundamental e a universalização da alfabetização ao término do 15º ano de vigência do plano.
- (D) Exclui metas compartilhadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios, concentrando a responsabilidade pela execução das políticas educacionais exclusivamente na União.
- (E) Prevê a ampliação progressiva do investimento público em educação até alcançar o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final de sua vigência, além de incorporar metas voltadas à qualidade da aprendizagem, à equidade e à redução das desigualdades educacionais.

31. Em 2026, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) atualizou a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção para peixes e invertebrados aquáticos, medida amplamente divulgada nos meios de comunicação e considerada relevante para a conservação da biodiversidade brasileira. Com base nas informações divulgadas oficialmente, assinale a alternativa correta.

- (A) A categoria “Em Perigo” foi extinta da classificação oficial brasileira, sendo substituída por uma única categoria denominada “Espécie Sensível”.
- (B) A atualização da lista retirou o pargo (*Lutjanus purpureus*) da categoria de espécie ameaçada, em razão da recuperação comprovada de suas populações naturais ao longo da última década.
- (C) O pargo (*Lutjanus purpureus*), espécie de grande relevância econômica para a pesca brasileira, foi reclassificado da categoria “Vulnerável” para a categoria “Em Perigo”, indicando agravamento de seu estado de conservação e a necessidade de medidas adicionais de recuperação.
- (D) A nova lista passou a contemplar exclusivamente espécies marinhas, deixando de incluir peixes de água doce e invertebrados aquáticos continentais.
- (E) A atualização da lista foi realizada exclusivamente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, sem participação de instituições científicas ou órgãos ambientais especializados.

32. Em maio de 2026, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de recurso relacionado à chamada “revisão da vida toda” dos benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tema que mobilizou amplos debates jurídicos, políticos e sociais em todo o país. Em sua decisão, a suprema corte:

- (A) Resolveu transferir ao Congresso Nacional a competência para definir, caso a caso, quais aposentados teriam direito à revisão da vida toda.
- (B) Manteve o entendimento que rejeitou a revisão da vida toda e reafirmou que os beneficiários que receberam valores por força de decisões judiciais definitivas ou provisórias proferidas até a publicação da decisão que derrubou a tese não precisarão devolver os valores recebidos.
- (C) Restabeleceu integralmente a tese da revisão da vida toda, garantindo a todos os aposentados do INSS o direito automático de recálculo dos benefícios com inclusão de todas as contribuições realizadas ao longo da vida laboral.
- (D) Determinou que os aposentados beneficiados por decisões judiciais anteriores favoráveis à revisão da vida toda deveriam devolver integralmente os valores recebidos desde a concessão do benefício.
- (E) Declarou a inconstitucionalidade de todas as regras previdenciárias introduzidas pela Reforma da Previdência de 2019, determinando a revisão automática dos benefícios concedidos após sua vigência.

33. Durante o Diálogo de Petersberg sobre o Clima, realizado em 2026 na Alemanha como etapa preparatória para a COP31, representantes de mais de 30 países debateram sobre desafios relacionados à crise energética, à emergência climática e ao fortalecimento da cooperação internacional. Sobre a participação brasileira no evento, indique a alternativa correta.

- (A) A delegação brasileira anunciou o abandono das metas relacionadas ao combate ao desmatamento e à degradação florestal até 2030, por considerá-las incompatíveis com a expansão econômica dos países emergentes.
- (B) A delegação brasileira defendeu a suspensão temporária das negociações multilaterais sobre clima até que os países desenvolvidos resolvessem integralmente suas divergências geopolíticas e energéticas.
- (C) A representação brasileira propôs substituir o regime climático das Nações Unidas por acordos bilaterais independentes, argumentando que negociações multilaterais dificultam a implementação de medidas ambientais.
- (D) O Brasil sustentou que o fortalecimento do multilateralismo constitui elemento essencial para enfrentar simultaneamente desafios climáticos, energéticos, sociais e econômicos, além de apresentar iniciativas relacionadas à transição energética, ao combate ao desmatamento e ao financiamento climático internacional.
- (E) O governo brasileiro defendeu a ampliação do uso de combustíveis fósseis como estratégia prioritária de mitigação climática para todos os países em desenvolvimento, independentemente de suas particularidades econômicas e ambientais.

Conhecimentos sobre Aracaju/SE (Legislação Municipal)

34. A Lei Municipal nº 6.260/2026 reorganizou a Secretaria Municipal da Segurança e Cidadania (SSM/AJU), estabelecendo a natureza jurídica de seus órgãos, respectivas vinculações e competências. À luz dessa legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) A Coordenadoria Geral de Defesa do Consumidor (CGDCON) integra os órgãos instrumentais da SSM/AJU e possui autonomia administrativa em relação ao Secretário Municipal da Segurança e Cidadania.
- (B) A Guarda Municipal de Aracaju é órgão de natureza especial da SSM/AJU, subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal e vinculado técnica e operacionalmente à Secretaria Municipal da Segurança e Cidadania.
- (C) A Guarda Municipal de Aracaju constitui órgão operacional da SSM/AJU, subordinado administrativa, técnica e operacionalmente ao Secretário Municipal da Segurança e Cidadania.
- (D) O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) possui subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo desvinculado da estrutura administrativa da SSM/AJU em razão de suas atribuições de segurança institucional.
- (E) A Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) integra a estrutura administrativa direta da SSM/AJU como órgão operacional responsável pelas políticas municipais de trânsito.

35. Durante o estágio probatório, o servidor público municipal nomeado para cargo de provimento efetivo está submetido a regras específicas quanto ao exercício do cargo, às licenças, à avaliação de desempenho e à evolução funcional. Em conformidade com a Lei Complementar nº 153/2016 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju), indique a alternativa correta.

- (A) O servidor em estágio probatório pode ser promovido normalmente, desde que obtenha conceito máximo na avaliação especial de desempenho.
- (B) O servidor em estágio probatório não pode exercer cargo em comissão nem função de direção, chefia ou assessoramento, ainda que no órgão de sua lotação.
- (C) A suspensão do estágio probatório ocorre durante qualquer licença prevista no Estatuto dos Servidores, independentemente de sua natureza.
- (D) O servidor aprovado em concurso público para outro cargo efetivo durante o estágio probatório pode aproveitar o período já cumprido no cargo anterior para fins de aquisição da estabilidade.
- (E) Em caso de acumulação constitucional de cargos públicos, o estágio probatório deve ser cumprido separadamente em relação a cada um dos cargos ocupados pelo servidor.

36. Jonas, Guarda Municipal de Aracaju, passou a responder a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) pela suposta prática de infração funcional punível com demissão. Durante a instrução, a comissão processante verificou que a permanência do servidor no exercício do cargo poderia influenciar testemunhas e comprometer a coleta de provas documentais. Diante dessa situação, a autoridade competente determinou o afastamento preventivo do servidor, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo previsto na legislação. Com base na Lei Complementar nº 153/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju, assinale a alternativa correta.

- (A) O afastamento preventivo possui natureza cautelar, não constitui penalidade disciplinar e pode ser determinado quando a permanência do servidor em exercício puder dificultar a apuração dos fatos, observados os limites legais.
- (B) O afastamento preventivo constitui penalidade disciplinar e somente pode ser determinado após a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.
- (C) O servidor afastado preventivamente perde a remuneração durante todo o período de afastamento, sendo eventual restituição condicionada à absolvição.
- (D) A instauração do Processo Administrativo Disciplinar implica, obrigatoriamente, o afastamento preventivo do servidor até o julgamento final.
- (E) O afastamento preventivo somente pode ser determinado mediante autorização judicial, por implicar restrição ao exercício do cargo público.

37. Após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 224/2026, um servidor recém-empossado na corporação afirmou, durante treinamento institucional, que a mudança da nomenclatura de Guarda Municipal de Aracaju para Polícia Municipal de Aracaju implicou a criação de uma nova instituição, com ampliação de competências constitucionais, alteração do regime jurídico dos servidores e reorganização da estrutura funcional anteriormente existente. No que tange à Lei Complementar nº 224/2026, assinale a alternativa correta.

- (A) A denominação “Polícia Municipal de Aracaju” passou a autorizar o exercício de todas as atribuições típicas de polícia judiciária, independentemente de previsão constitucional ou legal específica.
- (B) A Lei Complementar nº 224/2026 transformou a Guarda Municipal em órgão integrante da segurança pública estadual, passando a Polícia Municipal de Aracaju a exercer as competências atribuídas constitucionalmente às Polícias Militares.
- (C) A alteração promovida pela Lei Complementar nº 224/2026 restringiu-se à nomenclatura institucional da corporação, preservando suas competências legais, sua estrutura funcional e o regime jurídico aplicável aos seus integrantes.
- (D) A alteração da nomenclatura promoveu a criação de uma nova carreira pública municipal, exigindo novo enquadramento funcional de todos os servidores efetivos da antiga Guarda Municipal.
- (E) A Lei Complementar nº 224/2026 extinguiu a Guarda Municipal de Aracaju e instituiu nova pessoa jurídica de direito público, denominada Polícia Municipal de Aracaju, dotada de autonomia administrativa e financeira própria.

38. A fundação de Aracaju representou uma ruptura com o modelo de formação urbana predominante nas cidades brasileiras dos períodos colonial e imperial. A transferência da capital da então Província de Sergipe para o novo município foi acompanhada de um projeto urbanístico inovador para a época, concebido para atender a objetivos políticos, administrativos e econômicos. Com base na história de Aracaju, marque a alternativa correta.

- (A) O crescimento urbano inicial de Aracaju ocorreu de forma espontânea, sendo apenas no início do século XX que a cidade passou a adotar planejamento urbano baseado em alinhamentos geométricos, inspirados nas reformas urbanísticas das capitais brasileiras.
- (B) A elevação de Aracaju à condição de capital da Província decorreu exclusivamente da existência de um consolidado núcleo urbano e comercial desde o século XVI, razão pela qual o projeto urbanístico apenas formalizou uma ocupação já consolidada.
- (C) O projeto urbanístico elaborado por Sebastião José Basílio Pirro foi integralmente executado após amplo levantamento topográfico, eliminando os problemas decorrentes da presença de pântanos e charcos, fato que explica a inexistência de alagamentos nas áreas centrais da cidade até os dias atuais.
- (D) A escolha de Aracaju como capital da Província de Sergipe, em 1855, esteve associada à modernização administrativa pretendida pelo governo provincial, ao favorecimento do escoamento da produção açucareira e à criação de uma cidade planejada em traçado geométrico, embora a execução apressada do projeto tenha contribuído para problemas urbanos que ainda persistem.
- (E) A implantação do plano urbanístico de Aracaju teve como principal objetivo adaptar o crescimento da cidade às características naturais do relevo, preservando o traçado irregular típico das cidades coloniais portuguesas existentes no Brasil.

39. Durante uma operação integrada de fiscalização ambiental, uma equipe da Guarda Municipal foi designada para atuar em uma área de manguezal situada nas proximidades da foz do Rio Sergipe. Antes do deslocamento, o comandante ressaltou a importância de os agentes conhecerem as características geográficas e ambientais do município de Aracaju, considerando que essas informações contribuem para a correta atuação em áreas protegidas e para a compreensão da organização territorial do município. Com base nos aspectos geográficos de Aracaju, assinale a alternativa correta.

- (A) Aracaju apresenta predominância de vegetação de Mata Atlântica, com ocorrência de manguezais e restingas, sendo cortada pelos rios Sergipe, Poxim e Pitanga, além do Canal Santa Maria, e possui como uma de suas unidades de conservação a Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro do Urubu.
- (B) O município de Aracaju possui predomínio do bioma Caatinga, sendo os manguezais encontrados apenas nos municípios vizinhos, razão pela qual não integram as áreas de preservação ambiental do município.
- (C) Os principais cursos d'água de Aracaju pertencem exclusivamente à bacia hidrográfica do Rio São Francisco, inexistindo influência das bacias dos rios Sergipe e Vaza-Barris sobre o território municipal.
- (D) Aracaju limita-se com os municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Estância e Barra dos Coqueiros, sendo integralmente constituída por relevo de planalto cristalino.
- (E) A geologia do município caracteriza-se exclusivamente por formações cristalinas do Pré-Cambriano, inexistindo coberturas sedimentares do Terciário e do Quaternário.

40. A legislação que disciplina a Guarda Municipal de Aracaju estabelece uma competência geral e diversas competências específicas destinadas à proteção do patrimônio público municipal, à promoção da segurança urbana e à atuação integrada com outros órgãos públicos, sempre observados os limites constitucionais e legais. Com base na Lei Complementar nº 194/2023, indique a alternativa correta.

- (A) A Guarda Municipal poderá atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios vizinhos somente mediante convênio formal previamente celebrado, inclusive nas hipóteses de atendimento de ocorrências emergenciais e flagrante delito.
- (B) A competência geral da Guarda Municipal consiste na proteção dos bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município, abrangendo bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominiais, sem prejuízo das competências específicas previstas em lei e respeitadas as atribuições dos órgãos federais e estaduais.
- (C) A competência geral da Guarda Municipal restringe-se à proteção dos bens públicos dominicais do Município, sendo a proteção dos bens de uso comum e dos bens de uso especial atribuição exclusiva dos órgãos de segurança pública estaduais.
- (D) A Guarda Municipal poderá exercer competências de trânsito em qualquer via pública do território estadual, independentemente de previsão legal específica ou da celebração de convênio com o órgão de trânsito competente.
- (E) A Guarda Municipal tem a competência de desenvolver ações de prevenção primária à violência apenas quando executadas em conjunto com órgãos estaduais ou federais, sendo vedada sua atuação isolada em programas preventivos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

41. Em uma reunião na sede da Prefeitura, determinado guarda municipal afirmou a todos os presentes que a Guarda Municipal tem o dever de usar o poder de polícia administrativa e que este, em regra, é fundamentalmente repressivo, permitindo prender pessoas que atentem contra o patrimônio público municipal. Acerca do comentário em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) O guarda municipal poderia ter afirmado que a Guarda Municipal atua antes da ocorrência da infração administrativa, ou depois dela, tendo em vista que o poder de polícia administrativa pode ser preventivo ou repressivo, a depender de como a Administração Pública quer condicionar e restringir o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público.
- (B) O comentário do guarda municipal está errado, pois a Guarda Municipal goza de poder discricionário, mas não possui competência para usar o poder de polícia contra pessoas.
- (C) Faltou o guarda municipal mencionar, no seu comentário, que o poder de polícia administrativa dispensa previsão legal específica para a imposição de restrições aos administrados pela Guarda Municipal.
- (D) O comentário do guarda municipal está correto, já que o poder de polícia é preventivo de forma excepcional, sendo a regra o seu caráter repressivo.
- (E) O comentário do guarda municipal está correto, uma vez que o poder de polícia da Guarda Municipal tem por foco a prisão dos maus cidadãos.

42. De acordo com Carvalho Filho (2015, p. 1.022), o processo administrativo disciplinar é o instrumento formal através do qual a Administração apura a existência de infrações praticadas por seus servidores e, se for o caso, aplica as sanções adequadas. Para colher os indícios sobre a existência da infração funcional, da sua autoria e do elemento subjetivo com que se conduziu o responsável, a Administração Pública pode instaurar o(a):

- (A) Arbitragem.
- (B) Inquérito policial.
- (C) Sindicância.
- (D) Processo judicial.
- (E) Prescrição.

43. Como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, elegeu-se a probidade administrativa como base fundante da organização do Estado brasileiro e do exercício de suas funções pelos respectivos agentes públicos. Assinale abaixo o único exemplo de prática de improbidade administrativa.

- (A) Exercer, após a exoneração, qualquer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que já teve contrato com o Poder Público.
- (B) Revelar fato de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- (C) Liberar recursos de quaisquer parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- (D) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas de fins lucrativos.
- (E) Assinar contrato de rateio de consórcio público, ainda que com suficiente e prévia dotação orçamentária.

44. Em um domingo à noite, Maria das Dores, guarda municipal, avistou um morador de rua atirando uma pedra que atingiu e quebrou a janela da sede da Guarda Municipal. Ao se dirigir rapidamente para capturar o causador do dano ao patrimônio público, Maria das Dores acabou esbarrando em uma mesa e danificou diversos computadores de última geração, cuja aquisição, no valor de R\$ 150.0000,00 (cento e cinquenta mil reais), tinha acabado de ser feita pela Guarda Municipal. Do ponto de vista da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O morador de rua é o responsável pelo dano à janela e aos computadores da Guarda Municipal.
- (B) Caberá a Maria das Dores provar que não é responsável pelos danos à janela e aos computadores de última geração, tendo em vista que a responsabilidade civil do Estado é objetiva, ou seja, independe de dolo ou culpa.
- (C) Ao Município é vedado ingressar com ação judicial contra Maria das Dores para ser ressarcido do prejuízo causado nos computadores de última geração.
- (D) Maria das Dores, estando em serviço ou não, não poderá ser responsabilizada administrativamente pelo dano causado à janela da sede da Guarda Municipal, mas estará sujeita ao direito de regresso do Município, se tiver agido com dolo ou culpa.
- (E) Como Maria das Dores estava em serviço, ela não pode ser responsabilizada administrativamente por nenhum dano ocorrido nesse caso.

45. Paulo e Roberto, guardas municipais, estão ocupando cargos de alta gestão na Guarda Municipal. Recentemente, Paulo resolveu nomear a companheira de Roberto, desempregada, para o exercício de cargo em comissão na Guarda Municipal. Já Roberto nomeou a mãe de Paulo, que é professora na rede municipal, para exercer função gratificada na Guarda Municipal. Sobre a situação em questão, marque a alternativa correta.

- (A) Nem Paulo nem Roberto praticaram improbidade administrativa, já que a vedação ao nepotismo abrange a nomeação de seus próprios parentes, e não de parentes de outros servidores públicos.
- (B) Enquanto Paulo praticou improbidade administrativa, Roberto agiu com probidade administrativa.
- (C) Roberto não praticou improbidade administrativa.
- (D) Se a companheira de Roberto tivesse cargo em outro órgão da Administração Pública municipal, Paulo não teria praticado improbidade administrativa.
- (E) Paulo e Roberto praticaram improbidade administrativa, já que é vedado o nepotismo na Administração Pública, inclusive mediante designações recíprocas.

46. No Direito Administrativo, há clara distinção entre o cargo público, o emprego público e a função pública, muito embora sejam acessíveis a todos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. No serviço público brasileiro, para a investidura em cargo ou emprego público, exige-se, como regra, a aprovação prévia em:

- (A) Concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei complementar, ressalvadas as nomeações para função de confiança ou cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (B) Concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) Concurso público ou seleção pública simplificada, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão ou função de confiança.
- (D) Concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, ressalvadas as nomeações para função de confiança ou cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (E) Concurso público de provas e títulos ou seleção pública simplificada, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, ressalvadas as nomeações para função de confiança ou cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

47. Quando a Administração Pública anula um administrativo, está-se diante do reconhecimento de ilegalidade que viciou o ato, já a revogação de um ato administrativo pode ocorrer por questões de conveniência e oportunidade. Porém, se a Administração Pública resolver anular a posse de um guarda municipal e depois convalidar esse mesmo ato administrativo, conclui-se corretamente que:

- (A) Há incompatibilidade jurídica entre a anulação e a convalidação do ato administrativo em questão.
- (B) A Administração Pública se valeu do seu poder discricionário, por questão de conveniência e oportunidade.
- (C) A Administração Pública, por critério de legalidade, aplicou o seu poder regulamentar.
- (D) A convalidação revogou a anterior anulação da posse do guarda municipal, que passou a ser válida e de pleno direito.
- (E) A convalidação extinguiu o ato de posse anteriormente anulado.

48. Na Administração Pública, princípios relacionados com a governança, a transparência e com o controle interno e externo são essenciais para o gestor público praticar atos administrativos dentro da lei. No âmbito do sistema de controle interno, a Constituição Federal prevê a possibilidade de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o(a):

- (A) Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Ministério Público.
- (C) Tribunal de Contas da União.
- (D) Presidência da República.
- (E) Congresso Nacional.

49. *“Trata-se de entidades que nascem como pessoas jurídicas criadas pelo Estado para se desincumbirem de tarefas para as quais a lei as destinou, sob o regime do direito público. São despidas de caráter econômico, não correspondem a áreas geográficas e não gozam de delegação política estatal”*. O texto em destaque se refere a:

- (A) Agências reguladoras, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
- (B) Empresas públicas, como o Banco Central do Brasil.
- (C) Autarquias territoriais, como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas.
- (D) Fundações públicas, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- (E) Autarquias públicas, como a Comissão de Valores Mobiliários.

50. Por conta da relevância do princípio da legalidade na atividade administrativa do Estado, muito se questiona acerca da validade dos chamados decretos autônomos. Na classificação dos atos administrativos, estão os decretos autônomos em contraposição aos:

- (A) Referendos.
- (B) Decretos individuais.
- (C) Decretos normativos.
- (D) Decretos regulamentares ou de execução.
- (E) Regulamentos autônomos.

Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos

51. Durante estudo realizado por comissão legislativa acerca dos fundamentos da República Federativa do Brasil, discutiu-se a distinção entre os fundamentos constitucionais previstos no art. 1º da Constituição Federal e os princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de asilo político constitui fundamento da República Federativa do Brasil.
- (B) A dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil.
- (C) A prevalência dos direitos humanos constitui fundamento da República Federativa do Brasil.
- (D) A solução pacífica dos conflitos constitui fundamento da República Federativa do Brasil.
- (E) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade constitui fundamento da República Federativa do Brasil.

52. Durante análise jurídica de proposta legislativa relacionada à proteção das liberdades individuais, discutiu-se o alcance da liberdade de manifestação do pensamento prevista na Constituição Federal. Com fulcro na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A liberdade de manifestação do pensamento prioritariamente será exercida por cidadãos brasileiros.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, inclusive de forma apócrifa.
- (C) O exercício da liberdade de manifestação do pensamento depende de autorização administrativa prévia.
- (D) O exercício da liberdade de manifestação do pensamento sobre as instituições públicas depende de autorização judicial.
- (E) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

53. Durante curso de formação sobre direitos políticos, discutiram-se as hipóteses constitucionais de voto facultativo. Sob o enfoque da Constituição Federal, marque a alternativa correta.

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os servidores públicos civis.
- (B) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezoito anos.
- (C) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os militares da ativa.
- (D) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de setenta anos.
- (E) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os brasileiros naturalizados.

54. Em procedimento de controle interno realizado no âmbito da Administração Pública, discutiu-se a observância dos princípios constitucionais expressamente previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Consubstanciado na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A continuidade do serviço público constitui princípio expresso da Administração Pública.
- (B) A razoabilidade constitui princípio expresso da Administração Pública.
- (C) A moralidade constitui princípio expresso da Administração Pública.
- (D) A proporcionalidade constitui princípio expresso da Administração Pública.
- (E) A supremacia do interesse público constitui princípio expresso da Administração Pública.

55. Durante estudo promovido por comissão legislativa acerca da organização constitucional da segurança pública, discutiu-se a competência atribuída às guardas municipais pelo texto da Constituição Federal. Com fundamento no §8º do art. 144 da Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- (A) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- (B) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à apuração de infrações penais no âmbito municipal.
- (C) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas ao exercício das funções de polícia judiciária.
- (D) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à realização de investigação criminal de forma autônoma.
- (E) Os Municípios deverão constituir guardas municipais destinadas ao exercício exclusivo das atividades de polícia ostensiva.

56. Durante estudo sobre a proteção internacional dos direitos humanos, discutiram-se os princípios fundamentais proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A proteção dos direitos humanos constitui matéria exclusivamente interna dos Estados.
- (B) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- (C) Os direitos fundamentais podem ser restringidos em razão da origem adiabática.
- (D) A liberdade de pensamento depende de autorização estatal nos casos expressamente previstos em lei.
- (E) A igualdade é assegurada aos nacionais com direito à preempção.

57. Durante atividade de capacitação voltada à proteção dos direitos das mulheres, discutiram-se as formas de violência doméstica e familiar. Baseado na Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui violência patrimonial qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher.
- (B) Constitui violência subjetiva a destruição de bens semoventes pertencentes ou locados à vítima em situação de crise.
- (C) Constitui violência patrimonial objetiva a retenção de documentos pessoais do acusado.
- (D) Constitui violência diabática a subtração de recursos financeiros praticada por ex-cônjuge.
- (E) Constitui violência patrimonial objetiva a destruição total de bens pertencentes ao autor do fato.

58. Durante estudo acerca da proteção jurídica contra práticas discriminatórias, discutiu-se a finalidade da Lei nº 7.716/1989. Tendo por fundamento a Lei nº 7.716/1989, assinale a alternativa que trata corretamente a matéria.

- (A) Estabelece regras de ingresso nas Guardas Municipais.
- (B) Disciplina crimes e contravenções penais em geral.
- (C) Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- (D) Regulamenta o direito de reunião das entidades representativas das minorias.
- (E) Institui sistema nacional de proteção às comunidades tradicionais.

59. Durante estudo sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, discutiu-se o conceito jurídico adotado pelo Decreto nº 6.040/2007. Nos termos do Decreto nº 6.040/2007, indique a alternativa correta.

- (A) Povos e comunidades tradicionais são todos os agrupamentos humanos residentes em áreas rurais.
- (B) Povos e comunidades atípicas tradicionais são os indígenas em risco.
- (C) Povos e comunidades tradicionais atípicas são os quilombolas e indígenas.
- (D) Povos e comunidades tradicionais são agrupamentos humanos que utilizam recursos naturais independentemente de organização social própria.
- (E) Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

60. Durante estudo acerca dos direitos constitucionais dos povos indígenas, discutiram-se as garantias expressamente reconhecidas pela Constituição Federal. Conforme prevê e defende a Constituição Federal, marque a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público intervirá em juízo ou fora dele quando houver interesse patrimonial ou social direto da União ou Estado ou conflito particular entre os povos atípicos.
- (B) São reconhecidos aos indígenas direitos sobre todas as terras e áreas que venham a ocupar.
- (C) Os direitos dos indígenas sobre suas terras estão suscetíveis à prescrição aquisitiva.
- (D) São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.
- (E) Os direitos dos indígenas, que já foram integrados ao convívio social, estão sujeitos à decadência se não exercidos no prazo de 5 anos.

Noções de Direito Penal e Processo Penal

61. No processo penal pátrio, considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. A partir dos conceitos relacionados ao assunto, o procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial, será corretamente chamado apenas de:

- (A) Fixação.
- (B) Isolamento.
- (C) Processamento.
- (D) Acondicionamento.
- (E) Descarte.

62. Define o nosso Código de Processo Penal que proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou:

- (A) Colher qualquer elemento de convicção.
- (B) Apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos.
- (C) Apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso.
- (D) Descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu.
- (E) Apreender pessoas vítimas de crimes.

63. Aury Lopes Jr. conceitua a ação penal a partir de uma perspectiva garantista e crítica à teoria geral do processo. Em sua obra “Direito Processual Penal”, a ação penal é compreendida como o direito de provocar a jurisdição para que o Estado-juiz exerça a atividade jurisdicional no caso concreto, submetendo uma pretensão acusatória à apreciação judicial. Sobre o assunto, a partir da legislação seca, não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

- (A) Pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução; proibição de frequentar determinados lugares; dentre outras previstas em lei.
- (B) Reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; limitação de fim de semana; dentre outras previstas em lei.
- (C) Prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução; se comprometer a não reincidir na prática delituosa; dentre outras definidas em lei.
- (D) Restituir os bens e direitos indicados pelo inquérito policial como instrumentos, produto ou proveito do crime; prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena máxima cominada ao delito diminuída da metade, em local a ser indicado pelo juízo da execução; dentre outras definidas em lei.
- (E) Renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada; dentre outras previstas em lei.

64. Define o Código Penal que não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, o crime não se consuma, o que chamamos corretamente apenas de:

- (A) Crime Preterdoloso.
- (B) Crime Impossível.
- (C) Arrependimento Eficaz.
- (D) Tentativa Incruenta.
- (E) Desistência Posterior.

65. Processualmente, na forma da lei, são circunstâncias que, sem prejuízo de outras, recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva:

- (A) Ter o agente praticado a infração penal na pendência de inquérito ou ação penal; o *modus operandi*, inclusive quanto ao uso reiterado de violência ou grave ameaça à pessoa ou quanto à premeditação do agente para a prática delituosa; dentre outras.
- (B) Haver provas que indiquem a prática reiterada de infrações penais pelo agente; se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência; dentre outros.
- (C) Ter o crime sido cometido por integrante de organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar ou milícia privada, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º da lei que institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; a participação em organização criminosa; dentre outras.
- (D) Ter o agente já sido liberado em prévia audiência de custódia por outra infração penal, salvo se por ela tiver sido absolvido posteriormente; haver perigo de perturbação da tramitação e do decurso do inquérito ou da instrução criminal, bem como perigo para a coleta, a conservação ou a incolumidade da prova; dentre outras.
- (E) Ter havido fuga ou haver perigo de fuga; a natureza, a quantidade e a variedade de drogas, armas ou munições apreendidas; dentre outras.

66. Segundo Cleber Masson, o feminicídio é conceituado como a morte dolosa de uma mulher, por razões da condição do sexo feminino. Cuida-se de modalidade especial de homicídio. Afinal, o feminicídio também é 'matar alguém', porém com elementos especializantes: a vítima deve ser mulher, e o crime deve ser cometido por razões da condição do sexo feminino. O tipo penal original foi inserido no Código Penal em 2015, como forma de homicídio qualificado, vindo a se tornar um tipo penal autônomo em 2024. Assim, a pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime é praticado:

- (A) Com emprego de arma de fogo; dentre outras condições reunidas no art. 121-A, §2º do CP.
- (B) Contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau; dentre outras condições reunidas no art. 121-A, §2º do CP.
- (C) Na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima; dentre outras condições reunidas no art. 121-A, §2º do CP.
- (D) Nas dependências de instituição de ensino; dentre outras condições reunidas no art. 121-A, §2º do CP.
- (E) Contra menor de 14 (quatorze) anos; dentre outras condições reunidas no art. 121-A, §2º do CP.

67. Rogério Sanches Cunha define os crimes contra a honra como aqueles destinados à tutela do bem jurídico honra, compreendendo as figuras típicas da calúnia, difamação e injúria, previstas nos arts. 138 a 140 do Código Penal. Além disso, ressalta que, para a configuração dos crimes contra a honra, é indispensável o dolo específico de ofender (*animus caluniandi, diffamandi vel injuriandi*), não se caracterizando o delito quando a manifestação decorre, por exemplo, de mera brincadeira (*animus jocandi*), narrativa (*animus narrandi*) ou crítica legítima desprovida da intenção de ofender. Legalmente, as penas cominadas a tais crimes aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

- (A) Contra funcionário público, em razão de suas funções, ou contra os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal; dentre outros.
- (B) Em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores; dentre outros.
- (C) Contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do próprio CP; dentre outros.
- (D) Sendo ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador; dentre outros.
- (E) Com a utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência; dentre outros.

68. Atualmente, a parte geral do nosso Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) segue estruturada na forma da Lei Federal nº 7.209, de 11 de julho de 1984, que fez uma das mais importantes reformas do Direito Penal brasileiro. Em vez de criar um novo Código Penal, ela reformulou integralmente a Parte Geral do Código Penal (arts. 1º a 120), preservando, em regra, a Parte Especial (crimes em espécie). A reforma de 1984 é considerada um marco, porque aproximou o Direito Penal brasileiro das construções doutrinárias modernas, especialmente da teoria finalista da ação e dos princípios garantistas, servindo de base para praticamente toda a evolução legislativa posterior. Com isso, a aplicação da lei penal brasileira passou a asseverar corretamente que:

- (A) O dia do começo não será incluído no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- (B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após sua vigência.
- (C) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (D) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida, a honra ou a liberdade do Presidente da República.
- (E) Não há crime sem lei anterior que o defina, mas há pena sem prévia cominação legal.

69. A prostituição pode ser definida como a atividade consistente na prestação voluntária de serviços de natureza sexual mediante remuneração ou outra forma de contraprestação econômica. Sob uma perspectiva sociológica, trata-se de uma forma de trabalho ou atividade econômica em que uma pessoa oferece atos de conteúdo sexual em troca de pagamento, podendo ser exercida de maneira habitual ou eventual. A partir disso, na seara dos crimes contra a dignidade sexual, definimos corretamente o Rufianismo como a conduta de:

- (A) Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem.
- (B) Promover, por qualquer meio, com o fim de obter vantagem econômica, a entrada ilegal de estrangeiro em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro.
- (C) Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.
- (D) Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.
- (E) Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone.

70. O furto de celulares consolidou-se como uma das modalidades criminosas de maior incidência em Aracaju, refletindo uma tendência observada em diversos centros urbanos brasileiros, o que levou a alterações legislativas. Recentemente, a conduta que resulte no furto de aparelho de telefonia celular, de computador, inclusive portátil ou do tipo prancheta, ou de qualquer dispositivo eletrônico ou informático semelhante, ganhou previsão específica, configurando, corretamente:

- (A) Majorante da pena do crime de Furto.
- (B) Qualificadora do crime de Furto.
- (C) Agravante da pena do crime de Furto.
- (D) Tipo penal autônomo.
- (E) Condição de Furto equiparado.

Legislação Extravagante

71. Há diversos princípios mínimos de atuação das Guardas Municipais, como a proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas. No tocante ao patrulhamento enquanto princípio de atuação, o Estatuto Geral das Guardas Municipais determina que seja:

- (A) Patrulhamento preventivo.
- (B) Patrulhamento progressivo.
- (C) Patrulhamento repressivo.
- (D) Patrulhamento repressivo e preventivo, sucessivamente.
- (E) Patrulhamento preventivo e progressivo, alternativamente.

72. Diante da ocorrência de flagrante delito, Francisco de Assis, guarda municipal, resolveu preservar o local do crime enquanto aguardava a chegada da autoridade policial. Sobre a situação em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) Francisco de Assis violou uma competência geral da Guarda Municipal, que é respeitar as competências dos órgãos federais e estaduais.
- (B) Francisco de Assis agiu de acordo com uma competência específica da Guarda Municipal, que é encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário.
- (C) Francisco de Assis agiu de acordo com uma competência geral da Guarda Municipal, que é garantir o atendimento de ocorrências emergenciais e se integrar com os demais órgãos de poder de polícia administrativa.
- (D) Francisco de Assis violou uma competência específica da Guarda Municipal, que é prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais.
- (E) Francisco de Assis agiu de acordo com uma competência específica da Guarda Municipal, que é executar a segurança de grandes eventos e adotar ações policiais de segurança no Município.

73. O Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014) prevê que se houver uma redução da população informada pelo IBGE, é garantida a preservação do efetivo existente da Guarda Municipal até que seja ajustado à variação populacional, nos termos de lei municipal. Logo, se a população de um Município cair de 31.000 (trinta e um mil) habitantes para 29.000 (vinte e nove mil) habitantes, o efetivo da sua guarda municipal deverá se manter inferior a:

- (A) 0,2% (dois décimos por cento) da população.
- (B) 0,02% (dois centésimos por cento) da população.
- (C) 0,4% (quatro décimos por cento) da população.
- (D) 0,04% (quatro centésimos por cento) da população.
- (E) 0,03% (três centésimos por cento) da população.

74. Fábio, Talita, Joana e Pietro foram aprovados, nessa ordem de classificação geral, em concurso público da Guarda Municipal de Aracaju. Fábio tem nível médio completo de escolaridade e está quite com as obrigações militares. Talita acabou de ter a idoneidade moral comprovada por investigação social e possui 1,49 m de altura. Joana recentemente completou 18 (dezoito) anos e já providenciou certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual. Pietro é italiano, tem 30 (trinta) anos e goza de plena aptidão física, mental e psicológica. Com base nos exemplos em questão, assinale a alternativa correta.

- (A) Se não providenciar as demais certidões expedidas perante o Poder Judiciário federal e municipal, Joana não poderá ocupar cargo público na guarda municipal.
- (B) Por conta da sua baixa estatura, Talita não poderá ocupar cargo público na guarda municipal.
- (C) Se Joana ainda não tivesse completado 18 (dezoito) anos, a sua vaga ficaria em espera até a integralização etária, já que Pietro está impedido de ocupar cargo público na guarda municipal.
- (D) Para ocuparem cargo público na guarda municipal, Fábio vai precisar comprovar, dentre outros requisitos legais, que também está quite com as obrigações eleitorais, assim como Talita terá também que comprovar a quitação com suas obrigações militares.
- (E) Para ocupar cargo público na guarda municipal, Pietro vai precisar comprovar que sua estatura é superior a 1,70 m.

75. Com base no Código de Trânsito Brasileiro, assinale abaixo o que se aplica como condição para a obtenção da primeira habilitação — permissão para dirigir — por condutores das categorias A e B.

- (A) Comprovação de resultado negativo em exame toxicológico.
- (B) Participação em curso de primeiros socorros com carga horária superior a 24 horas/aula.
- (C) Aprovação em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco.
- (D) Participação em curso sobre o emprego de tecnologias assistivas.
- (E) Certidão negativa de registro de distribuição criminal.

76. Ao passar desatentamente da entrada do estacionamento da Guarda Municipal, Beatriz resolveu pôr o seu veículo em marcha à ré por 50 (cinquenta) metros. Como a via estava sem movimentação de outros veículos, Beatriz conseguiu voltar e adentrar no estacionamento sem causar nenhum dano a terceiros. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- (A) Beatriz não praticou infração de trânsito.
- (B) Beatriz praticou infração de trânsito de natureza leve.
- (C) Beatriz praticou infração de trânsito de natureza gravíssima.
- (D) Beatriz praticou infração de trânsito de natureza média.
- (E) Beatriz praticou infração de trânsito de natureza grave.

77. De acordo com a Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a diferença entre dirigir veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação e dirigir veículo com Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de 30 (trinta) dias se encontra na:

- (A) Natureza da infração, sendo gravíssima e grave, respectivamente.
- (B) Gradação da penalidade de multa.
- (C) Natureza da infração, sendo grave e gravíssima, respectivamente.
- (D) Aplicação das medidas administrativas.
- (E) Reincidência e pontuação pelas infrações.

78. Odeodato, de forma imprudente, colidiu o seu veículo contra o muro da sede da Guarda Municipal. Ao perceber que dois guardas municipais estavam vindo abordá-lo, Odeodato dolosamente se afastou do local do sinistro, para fugir a eventual responsabilidade penal ou civil que lhe pudesse ser atribuída. Sobre o caso em questão, indique a alternativa correta.

- (A) Por ter se afastado do local do sinistro, Odeodato praticou crime de trânsito com pena de detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
- (B) Odeotado não praticou crime de trânsito, mas será autuado por infração de trânsito de natureza grave.
- (C) Além de ter praticado crime de trânsito sujeito a pena de reclusão, Odeotado será autuado por infração de trânsito de natureza gravíssima com pena de multa e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.
- (D) Por ter se afastado do local do sinistro, Odeodato praticou crime de trânsito com pena de detenção, de seis meses a um ano, ou multa.
- (E) Odeotado não praticou crime de trânsito, mas será autuado por infração de trânsito de natureza gravíssima.

79. Considerando as disposições da Lei nº 13.675/2018 (Sistema Único de Segurança Pública — SUSP e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social), marque a alternativa correta.

- (A) O intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos entre os integrantes do SUSP ocorrerá, de forma obrigatória, mediante cursos promovidos pelo Ministério responsável pela gestão do Sistema, observada a matriz curricular nacional.
- (B) A atuação dos órgãos integrantes do SUSP em portos e aeroportos depende de autorização prévia do órgão responsável pela circunscrição territorial, ainda que observadas suas competências constitucionais e legais.
- (C) Entre os critérios de aferição da eficiência do sistema prisional, incluem-se o número de vagas ofertadas, a relação entre o número de presos e as vagas existentes, o índice de reiteração criminal dos egressos e a quantidade de presos condenados atendidos segundo parâmetros legalmente estabelecidos.
- (D) No rol das atribuições do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, responsável pela gestão do SUSP, está a de coordenar as atividades de inteligência da segurança pública e defesa social integradas ao SISBIN, vedado, contudo, o desenvolvimento de doutrina de inteligência policial.
- (E) A coordenação e o planejamento das operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipe serão exercidos pelo órgão federal que as tiver proposto, ainda que haja participação de órgãos estaduais e municipais.

80. Acerca do Decreto nº 11.841/2023, que trata da cooperação das Guardas Municipais com os órgãos de segurança pública, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações das guardas municipais realizadas de forma integrada com os órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal terão como princípios a garantia do respeito aos direitos fundamentais previstos na Constituição, a prevenção e a pacificação de conflitos, a garantia do atendimento de ocorrências não emergenciais e a preservação da ordem pública.
- (B) Considera-se ocorrência emergencial aquela que exija atuação imediata dos órgãos de segurança pública e configure risco de dano exclusivamente à vida das pessoas.
- (C) As guardas municipais, órgãos operacionais do Sistema Único de Segurança Pública, poderão realizar patrulhamento preventivo, desde que realizado de forma integrada com os demais órgãos de segurança pública federais, estaduais e distritais.
- (D) As guardas municipais poderão realizar prisão em flagrante e encaminhar o preso diretamente ao Poder Judiciário, sem prejuízo da atuação da polícia judiciária.
- (E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão, mediante termo de cooperação técnica, as formas de colaboração e de atuação conjunta das guardas municipais com os demais órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.